

Reestruturação em Curso na IUPAC

A Sociedade recebeu recentemente uma circular do Presidente da IUPAC, Prof. J. Jortner acerca do relatório do SDIC (*Strategy Development and Implementation Committee*) que concluiu os seus trabalhos no princípio do ano corrente. A Comissão Executiva da IUPAC vai propor a adopção deste relatório e das suas recomendações aos órgãos deliberativos da União. Estas recomendações, se forem adoptadas, vão modificar profundamente as estruturas e operações da IUPAC.

A finalidade a atingir é a de habituar a IUPAC a desempenhar um papel mais activo no desenvolvimento da Química no século 21.

Segundo estas propostas as Comissões Directivas de Divisão (presentemente 8) passam a assumir directamente a responsabilidade de iniciar, desenvolver e gerir o trabalho científico da União, sendo cada projecto científico executado por um grupo de acção (*task force*) com um mandato limitado no tempo. Os financiamentos ficarão ligados directamente a projectos individuais definidos com datas pré-estabelecidas para a sua conclusão, após o que o grupo será dissolvido.

Estas propostas pretendem criar um maior dinamismo que o das 37 comissões relativamente permanentes que asseguraram até agora o trabalho científico da União, e cuja extinção total se propõe para daqui a três anos.

Segundo estas propostas sugere-se que, na ausência dum vasto quadro de membros de comissões, a geração de projectos terá de ter outros mecanismos e prevê-se um papel mais activo das organizações nacionais aderentes (no nosso caso da SPQ) na proposta de projectos e na sugestão de nomes de cientistas para trabalharem nos grupos de acção. Também se tecem algumas considerações sobre a forma como, no futuro, iriam intervir os representantes nacionais nomeadamente pelas organizações nacionais aderentes para as 37 Comissões actualmente existentes.

O Presidente da IUPAC convida as organizações nacionais aderentes a dirigirem-lhe comentários sobre o relatório.

Um sumário do mesmo encontra-se disponível no World Wide Web (<http://www.iupac.org>).

Os Comentários:

As propostas acima relatadas integram-se na metodologia da "gestão por objectivos" de empresas. Os objectivos neste caso parecem reduzir-se ao de habilitar a IUPAC a ter uma intervenção

mais activa no desenvolvimento da Química no século 21.

Do ponto de vista das organizações nacionais aderentes que constituem a IUPAC o interesse em pertencer à União em grande parte é o de poder participar nas suas actividades e não apenas de vir a beneficiar do desenvolvimento da Química no século 21.

Essa participação valoriza os membros que são nomeados pela SPQ como representantes nacionais e, por essa via, a própria Sociedade.

Embora o documento aborde o assunto do envolvimento das organizações nacionais aderentes nas actividades da IUPAC dentro das novas estruturas, torna-se evidente que um aumento desta participação não constitui o objectivo principal do relatório, mas foi apenas tratado como um aspecto secundário.

Por isso, na minha opinião, as propostas em discussão, e sobretudo no caso particular da SPQ põem em risco a intervenção, já de si pequena, que esta tem na vida da IUPAC.

Em 1994 a SPQ tinha 16 representantes nacionais, 5 membros associados e 1 membro titular distribuídos pela maioria das 37 tais Comissões mais ou menos permanentes da IUPAC. Até 1997 4 dos representantes nacionais foram eleitos pelas suas Comissões membros associados. Só quando se é eleito membro titular é que se tem direito a que a IUPAC pague as despesas de deslocação e estadia nas reuniões das Comissões.

Presentemente a SPQ não tem os meios financeiros necessários para financiar as deslocações e estadias dos membros associados das Comissões e dos seus representantes nacionais. Por isso a sua participação nas reuniões destas Comissões infelizmente é esporádica. Embora muitos pertençam a unidades de investigação e/ou participem em projectos de investigação que prevêem subsídios para deslocações ao estrangeiro, muitas vezes não é possível utilizar esses meios porque os objectivos das unidades e dos projectos de investigação não têm muito a ver com as actividades exercidas nas Comissões. Por exemplo, uma pessoa que esteja numa das Comissões de nomenclatura não está naturalmente a fazer investigação nessa área, e deriva antes a sua competência em nomenclatura duma actividade de elaboração de textos didácticos ou de prestação de serviços a entidades públicas. Por isso os financiamentos para investigação são mais frequentemente aplicados em deslocações a

reuniões internacionais para apresentação de comunicações ou para o prosseguimento de trabalho de investigação em instituições estrangeiras. Aqueles membros que não estão em projectos ou unidades de investigação terão ainda maiores dificuldades em financiar as suas deslocações às reuniões das Comissões da IUPAC.

Apesar disso alguns representantes nacionais da SPQ conseguiram vencer as dificuldades e foram assistindo a algumas reuniões. Esses normalmente foram eleitos membros associados, o que em si não lhes traz vantagem nenhuma, salvo um símbolo de reconhecimento da colaboração prestada, uma vez que só os membros titulares têm o direito a terem as suas despesas subsidiadas pela IUPAC.

Todo o processo de eleições cooptativas é agora posto em causa pelas propostas de reestruturação que criticam os seguintes aspectos:

1. A perpetuação de membros das Comissões por auto-selecção com aprovação apenas nominal dos níveis de decisão superiores.

2. A geração de projectos dar-se sobretudo no interior das Comissões de acordo com os interesses dos seus membros.

3. Atribuição de uma grande parte do orçamento da IUPAC à manutenção das Comissões, independentemente da qualidade, quantidade e actualidade dos seus trabalhos.

Por essa razão surgem em sua substituição os mencionados grupos de acção, de mandato limitado no tempo, nomeados pelos órgãos directivos das Divisões.

Sem pôr em causa a justeza destas críticas quando se tem presente o objectivo principal do relatório, vejo com algum cepticismo a possibilidade de membros da SPQ serem nomeados por proposta da Sociedade para trabalharem em grupo de acção.

Para encarregar pessoas de tais tarefas os órgãos directivos das Divisões vão preferir pessoas que conheçam pessoalmente, na medida de assim poderem avaliar melhor o seu potencial.

Enquanto no processo cooperativo usado até agora pelas Comissões isso acontece naturalmente, quando elegem pessoas que já conhecem como representantes nacionais, nas novas estruturas vai ser muito improvável que os membros das Comissões Directivas de Divisão conheçam pessoalmente as pessoas propostas pela SPQ.

Poder-se-ia retorquir que o conhecimento pessoal poderia existir fora das estruturas e actividades da IUPAC através da participação de membros da SPQ em reuniões científicas internacionais. Acontece porém que os assuntos tratados nas Comissões não são tratados em mais nenhuma reunião internacional e que, muitas vezes, os assuntos são tratados por um conjunto de pessoas que provém de áreas científicas diversas, em que cada uma tem as suas reuniões internacionais especializadas. Falo por experiência quando afirmo que a maioria das pessoas de certas Comissões nunca tiveram contactos científicos com os seus colegas de Comissão sem ser as próprias reuniões destas Comissões.

Dado que Portugal não pertence ao grupo de países de maior centralidade, quer científica no que respeita a Química, quer geográfica, é mais difícil, para um membro da SPQ com competência nestes aspectos equivalente a dum colega dos países mais centrais, conseguir o mesmo grau de visibilidade. Temo por isso que as nossas oportunidades de colaborar com a IUPAC que neste momento já são pequenas ainda fiquem diminuídas.

Caso a reestruturação seja aprovada tal qual está proposta, coloca-se um desafio sério aos órgãos directivos da SPQ de assegurar com muita iniciativa e criatividade a compensação do "handicap" criado aos seus membros.

Também é possível que na próxima reunião (Berlim, Agosto de 1999) da Assembleia Geral da IUPAC um número de países científica e geograficamente menos centrais se unam para construir alternativas que lhes sejam menos desvantajosas. Pode ser que sintam o mesmo risco de marginalização. Convém que quem for representar a SPQ nessa altura vá com um mandato claro dos sócios da SPQ quanto às posições a defender.

De qualquer das formas, o Presidente da IUPAC está a pedir comentários num prazo mais curto e, por isso seria da maior conveniência a SPQ receber com a maior urgência comentários dos seus sócios, para saber se partilham as preocupações aqui expressas e se terão outros comentários a fazer que possam valorizar uma resposta a ser dada pela SPQ à IUPAC.

Pede-se o envio de comentários para a sede da SPQ ou para o e-mail do autor (herold@alfa.ist.utl.pt).

Bernardo J. Herold